

A fatura dos cinco anos

O governo detona a partir de hoje uma operação na Assembléia Nacional Constituinte para tentar barrar as emendas às Disposições Transitórias dos deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valladares (sem partido-MG), e do senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE), que pretendem perdoar as dívidas contraídas pelos pequenos agricultores e microempresários, durante a vigência do Plano Cruzado.

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, foi encarregado pelo presidente José Sarney de comandar a negociação com os parlamentares, e despachará hoje à tarde três assessores diretos seus para uma conversa com o líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, em busca de uma saída honrosa para o calote generalizado que os três constituintes querem patrocinar com o dinheiro público.

Depois de ser colocado contra a parede na semana passada, por deputados do *Centrão* interessados em aprovar a anistia fiscal, Maílson chegou à conclusão de que são remotas as chances de que as emendas não sejam aprovadas. Por isso, começou a buscar um entendimento com a Constituinte no sentido de que a conta a pagar não seja tão alta como os 10 bilhões de dólares que os técnicos da Fazenda computaram como o prejuízo do Tesouro com a anistia.

Na quinta-feira à noite, o ministro da Fazenda telefonou para o deputado Carlos Sant'Anna, convencido de que o governo não terá como escapar do pagamento dessa fatura, que os constituintes que votaram pelos cinco anos de mandato para Sarney apresentaram ao Tesouro. Na conversa, Maílson deixou claro que o governo se rende à evidência de que terá que pagar a conta, e já apresentou uma alternativa: a União paga mas não quer arcar com todo o prejuízo.

Sant'Anna concorda com o raciocínio do ministro, e diz que a primeira coisa a ser feita é verificar quem, afinal, está com a razão. Se a Fazenda, que diz que o buraco é de 10 bilhões de dólares, ou se os patrocinadores das emendas, que estimam o calote em 1 bilhão de dólares. O líder do governo na Constituinte vai mais além. "Nosso problema é maior, face à aparente evidência de que as emendas têm possibilidades de vitória", diz.

Maílson, que tem usado as expressões "expropriação" e "tratamento discriminatório" para classificar a anistia, acha que se os dois lados chegarem à conclusão de que o custo do perdão das dívidas for mesmo 1 bilhão de dólares, como querem os constituintes, é possível ao governo — mesmo com todo o prejuízo que isso acarretará — pagar pelo menos metade da conta. "Se o custo é este mesmo, por que não se aceita fazer um teto?", pergunta Sant'Anna. "Daria para o governo absorver".

O problema é que a Fazenda insiste em que os 10 bilhões que seus técnicos levantaram como o potencial prejuízo ao Tesouro são verdadeiros, por mais que os constituintes insistam em dizer que são contas feitas pelos banqueiros. O governo, aliás, é quem será mais atingido com a medida, porque nada menos de 93% do prejuízo total estão concentrados no Banco do Brasil e nos bancos comerciais estaduais. Assumir todo o calote significaria, na prática, admitir a falência desses bancos.

No final de semana, os técnicos da Fazenda se debruçaram sobre os efeitos dos prejuízos para o governo e chegaram à conclusão, por exemplo, de que os 10 bilhões de dólares representam quase todo o saldo da balança comercial previsto para este ano. Além disso, todos os programas financiados pelo Banco do Brasil ficariam comprometidos porque, sem o retorno do dinheiro emprestado, que os constituintes num passe de mágica querem fazer sumir, não há como financiar novos projetos.

O governo está mesmo sem saída e, por isso, Maílson da Nóbrega, com o apoio de Sarney, joga todas as suas fichas em busca de um entendimento que permita ao Tesouro não pagar toda a conta. Caso contrário, não terá outra alternativa a não ser fabricar mais dinheiro e alimentar ainda mais a espiral inflacionária, ou aumentar impostos. O contribuinte, como sempre, acabará pagando a conta. E a meta do governo de conter o déficit público em 4% do Produto Interno Bruto (PIB), já acertada com os auditores do Fundo Monetário Internacional, para que Sarney tente passar ao seu sucessor um país em melhor situação econômica, ficará irremediavelmente comprometida.

Eleições municipais

Os líderes de todos os partidos vão se reunir amanhã para tentar um acordo que permita a votação em regime de urgência do projeto, já aprovado no Senado Federal, que marca as eleições municipais para 15 de novembro deste ano. A aprovação do projeto pela Câmara funcionaria como uma espécie de *lobby* para que os defensores da prorrogação dos mandatos dos atuais prefeitos sejam desestimulados a incluir o assunto na futura Constituição.

Severino Goes